COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 2.327, DE 2000

Altera o § 4º do art. 45 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o caput e o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e o art. 4º do Decreto nº 1.070, de 2 de março de 1994.

Autor: Deputado Dr. Hélio

Relator: Deputado Júlio Semeghini

I - RELATÓRIO

O projeto proposto visa alterar a Lei de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994, e a Lei da Informática, Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, alterada pela Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, assim como o Decreto nº 1.070, de 2 de março de 1994. A Lei das Licitações dispõe sobre as aquisições de bens e serviços por parte da administração pública. A Lei de Informática trata da capacitação e competitividade do setor de informática e o Decreto em questão regulamenta o art. 3º dessa Lei, que trata exclusivamente das condições que devem ser observadas na preferência pela aquisição de bens e serviços nacionais.

A modificação proposta na Lei de Licitações, art. 1º do presente projeto, altera a possibilidade de aquisição pela modalidade de "técnica e preço" para a de "menor preço", na contratação de bens e serviços de informática pela administração pública. O projeto, no entanto, mantém a permissão de edição de decreto por parte do Poder Público excetuando dessa modalidade os casos a serem especificados.

A modificação proposta à Lei de Informática, art. 2º da proposta, visa dar iguais condições concorrenciais aos produtos e serviços nacionais e remete ao art. 171 da Constituição Federal já revogado pela Emenda Constitucional nº 6/95.

O art. 3º do projeto suprime o § 2º do art. 3º da Lei de Informática. Este parágrafo indica ao poder público que, no exercício da preferência na aquisição de bens e serviços de informática nacionais, devam ser igualmente considerados, além do preço, as condições de entrega e qualidade técnica do produto ofertado. Esta supressão é sugerida uma vez que o autor já incluiu o conceito de "iguais condições" no caput do mesmo artigo.

O artigo 4º do Decreto 1.070/94, estabelece que as propostas que possuam preço até 12% maior que o menor preço apresentado poderão ser consideradas como pré-qualificadas. A supressão deste dispositivo é o objeto do art. 4º deste projeto.

A proposição, sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, conforme inciso II do art. 24 do Regimento Interno desta Casa, foi distribuída inicialmente à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e aprovada naquela Comissão sem emendas. Após distribuição a esta Comissão, decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II - VOTO DO RELATOR

A Lei de Licitações disciplinou a aquisição de bens e serviços por parte da Administração. Dentre as modalidades de licitações foram instituídas as do tipo "menor preço", "melhor técnica" e "técnica e preço". Por meio dessas três modalidades, o administrador pode optar por um processo

licitatório mais simples ou por um mais elaborado conforme o caso exigir. Por exemplo, no caso de aquisições de bens de consumo simples, tais como papel e lápis, uma modalidade do tipo "menor preço" possibilitaria ao administrador a aquisição, de maneira simples, dos materiais desejados, desde que corretamente especificados.

Já as modalidades que se valem da análise "técnica" das propostas, são normalmente utilizadas para aquisições de bens e serviços, que possuam um grau de complexidade maior, tais como: obras e serviços de engenharia, consultoria técnica, assim como aquisição de equipamentos dos quais é desejado um determinado desempenho ou característica.

Os equipamentos de informática possuem todas as características que indicam que a melhor aquisição será, na maior parte dos casos, atingida utilizando-se da modalidade "técnica e preço". Tome-se o caso da aquisição de um simples computador de mesa. Caso o administrador possa adquirir somente pelo "menor preço", o valor pago pelo equipamento poderá ser até maior do que na modalidade "técnica e preço" uma vez que o administrador não poderá distinguir, entre uma proposta e outra, as características adicionais desejáveis das desnecessárias, e acabará sempre especificando um equipamento na sua configuração máxima de modo a ter a certeza de que irá adquirir um equipamento atualizado e de qualidade.

Ao contrário do que possa parecer inadvertidamente, o custo de aquisição do equipamento não é a única componente econômica que deva ser considerada. Na aquisição de qualquer tipo de equipamento, e mais ainda em equipamentos e serviços de informática, características tais como garantia, suporte e assistência técnica, são fatores igualmente importantes e que devem ser considerados na aquisição do equipamento. A comparação entre todas essas componentes de custos é entendida como a comparação entre o custo de aquisição e o custo total de propriedade de um equipamento. A licitação do tipo "técnica e preço" possibilita a avaliação do custo total do equipamento, sendo que a de "menor preço" se preocupa somente com o custo de aquisição do mesmo.

Um tipo de serviço de informática vem crescendo em importância no Brasil e no mundo, é a opção pelo "software livre". Esse tipo de programa de computador, oferece um conceito novo de propriedade do software, isentando os adquirentes do pagamento anual da licença de uso. A diferenciação

destes produtos se faz pela oferta de serviços adicionais ao produto, tais como, suporte 24 horas, assistência técnica na praça e pacotes de programas adicionais e não somente pelo valor de prateleira do produto. Assim sendo, avaliar esse tipo de solução pelo "menor preço" dificultaria a correta comparação entre concorrentes.

A alteração sugerida à Lei de Informática, incluindo a expressão "em iguais condições" e suprimindo-se o parágrafo que define quais as condições que devem ser consideradas, gera imprecisão técnica. Pontos, tais como, o que seriam essas condições e quem as definiria, careceriam de definição na Lei o que dificultaria a aplicação prática dessa igualdade concorrencial. Além disso, o artigo proposto remete ao art. 171 da Constituição Federal, que já foi revogado pela Emenda Constitucional nº 6/95.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, o art. 4º do Decreto 1.070/94 deve ser mantido, pois em se mantendo a licitação como sendo prioritariamente do tipo "técnica e preço", preços com diferenças de até 12%, como consta no Decreto original, podem ser compensados com características técnicas relevantes conforme disposto pelo Administrador no edital de aquisição.

Isto posto, somos pela rejeição ao projeto de lei nº 2.327, de 2000.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado Júlio Semeghini
Relator